

Premiação do III Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte



Reynaldo Lima/Acervo CESPO

Foi realizada Cerimônia de Premiação do III Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados no dia 5 de novembro, no Plenário 4 das Comissões. Na ocasião os autores dos artigos vencedores apresentaram suas pesquisas e receberam medalhas e certificados pelos seus trabalhos. A Cerimônia foi coordenada pelo Deputado Dr. Luiz Ovan do (PSL/MS), requerente desta edição do Concurso. Neste ano, foram submetidos 51 artigos, em comparação com os 23 em 2017 e 28 em 2018, o que mostra o interesse crescente do segmento esportivo nessa disputa.

As íntegras dos artigos premiados estão disponíveis na Revista E-Legis, publicação

que divulga a produção acadêmica do legislativo. As categorias, artigos vencedores e autores foram:

I - ESPORTE EDUCACIONAL E INCLUSÃO SOCIAL

1º Lugar Ouro

Ensino dos esportes coletivos na educação física escolar: uma revisão sistemática na produção brasileira.

Autor: Gilberto Feitosa da Silva (Juazeiro-BA)

2º Lugar Prata

Legados das parolimpíadas escolares para o esporte paralímpico no Brasil.

Autora: Giandra Anceski Bataglion (Porto Alegre-RS)

3º Lugar Bronze

Atividade física e força muscular ventilatória de idosos: uma metanálise.

Autor: Fabio Dutra Pereira (Rio de Janeiro-RJ)

II - ESPORTE DE RENDIMENTO E INDÚSTRIA DO ESPORTE

1º Lugar Ouro

Perda de peso em atletas de elite do taekwondo brasileiro pós implantação da pesagem randômica.

Autora: Mariela de Abreu (Lavras-MG)

2º Lugar Prata

Desenvolvimento de um modelo dinâmico de monitoramento da carga no basquetebol de alto rendimento.

Autor: Bruno Teobaldo Campos (Ribeirão das Neves-MG)

3º Lugar Bronze

Criação do conhecimento nas federações olímpicas do estado de são paulo: fontes de informações e agentes externos utilizados na obtenção do conhecimento.

Autor: Alexandre Ribeiro Arantes (São José dos Campos-SP)

III - POLÍTICAS DO ESPORTE

1º Lugar Ouro

O programa forças no esporte como fator de inclusão social e desenvolvimento esportivo no Brasil.

Autor: Pedro Georges Galvão (Resende-RJ)

2º Lugar Prata

O direcionamento do gasto do ministério do esporte de 2003 a 2018.

Autor: Fernando Henrique Silva Carneiro (Goiânia-GO)

3º Lugar Bronze

Gestão esportiva: a importância da governança corporativa no cenário brasileiro.

Autor: Mateus David Finco (João Pessoa-PB)





A prática de esportes como inclusão social e a defesa da participação das mulheres no futebol

Reynaldo Lima/Acervo CESPO

Deputado Aliel Machado (PSB-PR)

O senhor está no segundo mandato e este ano passou a integrar a Comissão do Esporte. Qual a ligação que o senhor tem com o esporte durante sua trajetória?

É uma grande honra ocupar uma vaga na comissão. Junto com a educação, o esporte é uma das áreas onde mais atuei desde o movimento estudantil na minha cidade e no Paraná. Fiz cursos de arbitragem, apitei jogos e também fui coordenador regional da Paraná Esportes. Na ocasião desenvolvemos inúmeros projetos em diversos municípios incentivando e promovendo a prática de esportes. O esporte é, sem dúvida, a maior forma de inclusão social entre crianças e jovens.

A CESPO irá realizar em dezembro uma audiência pública, proposta também pelo senhor, que irá debater a participação das mulheres no futebol. Quais medidas podem ser adotadas para que mais mulheres participem do esporte, especialmente no futebol, que ainda hoje é dominado pelos homens?

É preciso debater este tema de forma aprofundada. A audiência pública irá apontar

várias questões relacionadas ao futebol feminino que hoje se colocam como impeditivos para o desenvolvimento nesta área. É inegável que o universo esportivo é historicamente dominado pelos homens, tendo sido, inclusive, vedado à participação de mulheres. Além disso, a prática de exercícios físicos por mulheres no país é 40% inferior aos homens, tornando claro que o cenário esportivo enfrenta muita desigualdade de gênero, o que pode ser explicado pelo pouco acesso ao lazer devido às tarefas domésticas, falta de segurança, o preconceito, a falta de incentivo nas escolas. Por isso propusemos o Projeto de Lei 3856/19 para estabelecer presença mínima de 30% de mulheres nos cargos de direção nas entidades beneficiadas por incentivos que previstos na Lei de Incentivo ao Esporte. O projeto propõe alterar o artigo 2º da Lei.

Os parlamentares têm direito a emendas, que são recursos disponibilizados aos municípios e que podem ser destinados para várias áreas, inclusive o esporte. O senhor destina esses recursos para esta área? De que forma isso



pode contribuir para a prática de esportes?

Sempre destinamos, desde o início do nosso mandato, milhões em recursos para o esporte em dezenas de municípios paranaenses. Fazemos isso em parceria com universidades e com o poder público, para várias modalidades. Isso

faz uma diferença enorme na periferia das cidades maiores e também é fundamental para municípios pequenos, que não tem muitos recursos para destinar para a prática de esportes e lazer. Uma quadra num bairro pobre pode ser a única forma de lazer para as crianças e também ajudar na prevenção de doenças para os adultos.

Membros da Comissão do Esporte – CESPO

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE), **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Membros:** Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PL/REPUBLICANOS/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN Afonso Hamm PP/RS; Bosco Costa PL/SE; Carlos Chiodini MDB/SC; Celina Leão PP/DF; Célio Silveira PSDB/GO; Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS; David Soares DEM/SP; Delegado Pablo PSL/AM; Domingos Neto PSD/CE; Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. PP/RJ; Dr. Luiz Ovando PSL/MS; Dr. Zacharias Calil DEM/GO; Fábio Mitidieri PSD/SE; Fabio Reis MDB/SE; Fernando Monteiro PP/PE; Flordelis PSD/RJ; Gutemberg Reis MDB/RJ; Hélio Leite DEM/PA; Helio Lopes PSL/RJ; Hugo Leal PSD/RJ; Isnaldo Bulhões Jr. MDB/AL; José Rocha PL/BA; Julio Cesar Ribeiro REPUBLICANOS/DF; Luiz Lima PSL/RJ; Marcelo Aro PP/MG; Roberto Alves REPUBLICANOS/SP; Roman PSD/PR; Vavá Martins REPUBLICANOS/PA. Bloco PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/PATRIOTA/CIDADANIA/PROS /AVANTE/PV/DC André Figueiredo PDT/CE; Alex Manente PPS/SP; Boca Aberta PROS/PR; Fábio Henrique PDT/SE; Flávia Moraes PDT/GO; Renildo Calheiros PCdoB/PE. Bloco PT/PSB/PSOL/REDE Airton Faleiro PT/PA; Aliel Machado PSB/PR; Felipe Carreras PSB/PE; NOVO Alexis Fonteyne NOVO/SP.



Capoterapia agita plenário da Comissão do Esporte

A Comissão do Esporte debateu a prática da capoterapia em audiência pública realizada na quarta (6), atendendo a requerimento de autoria do deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF). Estiveram presentes no evento o secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Antônio Costa; o capoterapeuta Mestre Gilvan Alves de Andrade; a representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Patrícia Falcão Paredes Marques; coordenador Nacional do Republicanos Idoso, Ricardo Quirino; e o deputado Ossesio Silva, presidente da Frente Parlamentar do Idoso, além de uma plateia de cerca de 80 idosos e praticantes da atividade da capoterapia no Distrito Federal.

Segundo o deputado Julio Cesar Ribeiro, a capoterapia é considerada uma nova forma de terapia corporal já oferecida por

diversos municípios no SUS, voltada especialmente para a população idosa. “Há relatos de grandes benefícios advindos de sua prática. Já foi regulamentada por lei no DF e tramita no Senado proposta no sentido de incluir a capoterapia no rol de terapias oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS)”, afirmou.

De acordo com o Mestre Gilvan, o crescimento da capoterapia tem sido muito grande nos últimos anos, mas é preciso “avançar na capacitação de pessoas para formar novos profissionais e orientar a população idosa na prática dessa atividade que leva qualidade de vida e saúde para as pessoas. Quantos idosos deixaram de tomar medicação e não foram mais para as filas dos hospitais? Dá um resultado extraordinário para o Estado”, afirmou.

Presente à audiência, a aposentada Maria Cleonice testemunhou sobre como a capoterapia mudou sua vida. “Eu tinha depressão, dor nos ossos e há dois anos pratico a capoterapia e não tenho mais nada disso. Fora a amizade dos professores e dos amigos que fiz quando comecei a frequentar as aulas”, revelou.

Ao final da audiência, ao som do berimbau e em clima festivo, idosos e convidados fizeram uma breve demonstração da capoterapia e seus benefícios.



Reynaldo Lima/Acervo CESPO

Mais cinco confederações olímpicas apresentam seu planejamento na Comissão do Esporte

A Comissão do Esporte ouviu mais cinco confederações olímpicas na terça-feira (29), dando continuidade à série de audiências públicas propostas pelo deputado Luiz Lima (PSL-RJ). Dessa vez, estiveram presentes as modalidades de ciclismo, hipismo, levantamento de peso, tiro com arco e tiro esportivo. Durante a audiência, os presidentes e atletas falaram sobre a atual estrutura das confederações, os resultados recentes das principais competições e fizeram uma projeção para os Jogos Olímpicos de 2020 em Tóquio.

Participaram da audiência: pelo ciclismo, o integrante da Comissão de Atletas, Leandro Carvalho, o Gestor de Alto Rendimento, Fernando Fermينو, e o Presidente da Confederação Brasileira de Ciclismo, José Luiz Vasconcellos; pelo hipismo, o integrante da Comissão de Atletas, Jorge Luiz Passamani, e o Presidente da Confederação Brasileira de Hipismo, Ronaldo Bittencourt Filho; pelo levantamento de peso, o integrante da Comissão de Atletas, Emily Rosa, e o Presidente da Confederação Brasileira de Levantamento de Peso, Enrique Montero Dias; pelo tiro com arco, o membro da Comissão de Atletas, Cláudio Contrucci, e o Presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, Vicente Fernando Blumenschein; e pelo tiro esportivo, o Presidente da Comissão de Atletas, Janice Gil Teixeira, e o Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, Jodson Junior.

Atletas de tiro esportivo pedem tratamento diferenciado para comprar armas

“Não confundam atletas de tiro com atiradores. Não somos atiradores; somos atletas. Ninguém mata ninguém”. Esse foi o apelo da presidente da Comissão de Atletas da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, Janice Teixeira, aos participantes de audiência pública da Comissão do Esporte da Câmara.

“O entendimento que alguns fazem em relação à arma de fogo é genérico e não pode ser, porque as armas de competição olímpica são totalmente diferentes, têm regulamento à parte. Não se pode fazer uma legislação genérica e totalitária em relação ao país inteiro”, afirmou.

O presidente da Confederação Brasileira de Tiro com Arco, Vicente Blumenschein, expressou preocupação em relação a um projeto de lei (PL 2053/19) que impõe regras para a venda de equipamentos de arqueria, como restrição à aquisição por menores de idade e registro do comprador. O deputado Luiz Lima (PSL-RJ), autor do requerimento para a realização da audiência, compartilha dessa preocupação. “Com tiro com arco, você destruiria a modalidade na qual você sabe que todos os atletas têm que ingressar na infância ou adolescência. Já vou conversar com a minha equipe para tomar conhecimento de como pode agir e fazer uma intervenção pelo esporte”.



O Assédio no Esporte Brasileiro

Reynaldo Lima/Acervo CESPO

Deputada Flordelis (PSD-RJ)*

Não há dúvida que no esporte brasileiro o assédio sexual aos atletas tem ocorrido e a mídia nacional tem noticiado isso exaustivamente, especialmente nos grandes meios de comunicação, demonstrando, assim, a necessidade de se enfrentar com mais firmeza do ponto de vista de atualização legal.

O importante neste pequeno artigo diz respeito à minha experiência pessoal ao longo da minha vida, principalmente em relação aos relatos recebidos de jovens atletas mulheres e suas relações com o esporte individual e coletivo.

Trato aqui da figura do assédio sexual praticado de forma repetida e intencional por adultos, treinadores e professores de educação física em escolas públicas, clubes e entidades afins. Na minha luta permanente contra essas práticas censuráveis e criminosas acabei de ser designada relatora do Projeto de Lei nº 4.866/2019, do Deputado Bosco Costa, que

trata da proteção e apoio psicológico à mulher atleta vítima de violência física ou sexual.

Destaco que o conteúdo da proposição legislativa, que honrosamente irei relatar, é da mais alta relevância para a vida pessoal e familiar da mulher vítima desse inimaginável mal.

A matéria ora abordada, além de ser muito atual, dará, sem dúvida, uma visão de futuro com qualidade de vida física e emocional para essas dignas e honradas atletas. Essas mulheres nas suas práticas esportivas veem seus sonhos interrompidos drasticamente. De fato, muitas e muitas vezes essa atleta sofre o assédio sexual, ação que considero nefasta e criminoso.

Na minha forma preliminar de enxergar o tema, vislumbro de imediato a criação de mecanismos mais rígidos para os eventuais assediadores, com punições exemplares, e, também, com instrumentos educativos, preventivos e outros afins de controle para que as



jovens atletas sejam protegidas e efetivamente amparadas pelo Estado Brasileiro.

Nessas circunstâncias, indico que tenho em meu poder alguns estudos científicos

que balizarão de forma atual e efetiva um projeto de lei que trata da matéria.

*Deputada Flordelis é deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro e integrante da Comissão do Esporte.

Agenda

AUDIÊNCIA PÚBLICA

12/11/2019

Preparação para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 – Confederações de Boxe, Esgrima, Judô, Taekwondo e Wrestling

AUDIÊNCIA PÚBLICA

20/11/2019

Esportes de combate como medida de redução da agressividade

AUDIÊNCIA PÚBLICA

26/11/2019

Preparação para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 – Confederações de Badminton, Ginástica, Golfe, Tênis e Tênis de Mesa

Acompanhe as Audiências Interativas da Comissão do Esporte pelo endereço eletrônico: <https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/>



PL-6204/2013

FLÁVIA MORAIS

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui as normas gerais do desporto, com o objetivo de garantir a presença de profissionais idôneos durante vinte e quatro horas por dia nos alojamentos dos centros de treinamento das categorias de base.

Aprovado o Parecer do Deputado Fábio Henrique (PDT-SE), com Complementação de Voto, pela aprovação.

PL-4206/2019

JULIO CESAR RIBEIRO

Dá nova redação ao inciso II do art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de dezembro de 2009.

Aprovado o Parecer do Deputado Bosco Costa (PL-SE), com substitutivo.

Expediente

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE); **1º Vice-Presidente:** Dänlei de Deus Hinterholz (PSD/RS); **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Secretário-Executivo:** Lindberg Aziz Curý Júnior. **Corpo Técnico:** Alessandra Muller Vidal Guerra, Maria do Socorro Dias Aires de Carvalho, Regina Olímpia Figueira de Bessa, Reynaldo Barbosa Lima e Henrique Augusto Honorio da Silva (estagiário). **Diagramação:** Patrícia Weiss.

Endereço da Comissão do Esporte: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, sala 2, térreo. Telefones (61) 3216-6351/52/53/54

Email: cespo.decom@camara.leg.br

Endereço eletrônico: camara.leg.br/cespo